

Assim, explicamos porque existem tantas marcas que estabelecem relação entre autor-mensagem nas redações dos professores sobre *política*, já que as estratégias de preservação da face, que ocorrem nesses textos, decorrem da ignorância do tema.

Concluindo, dependendo de como se alinham autor-leitor, autor-texto, autor-mensagem diferentes marcas interativas podem ocorrer. Isso demonstra que o sentido do texto escrito depende do contexto, sensível às condições no momento de produção (que devem ser consideradas nas análises). Em outras palavras, o texto escrito também deve ser analisado numa perspectiva-interacionista por permitir uma visão mais abrangente da atividade de formulação textual.

Bibliografia

- BARROS, K.S.M. (1986) *Aspectos da organização da interação em sala de aula*. UFPE (Dissertação de mestrado).
- _____. (1998) Estrutura social, tópico e interação. Marcas em redações de professores e alunos. *Revista da ANPOLL*, n. 4, p. 97-109.
- BUBLITZ, W. (1988) *Supportive Fellow-Speakers and Cooperative Conversations: discourse topic and topical actions, participants role and "recipient action" in a particular type of everyday conversation*. Amsterdam: John Benjamins.
- GOFFMAN, E. (1981) *Forms of Talk*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- MARCUSCHI, L.A. (1996) "Da fala para a escrita: processos de retextualização". In: *O tratamento da oralidade no ensino de língua*, cap. 9 (no prelo).
- VENTOLA, E. (1978) *A Study of Conversational Strategies in English and Finnish*. Universidade de Jyväskylä (Tese de doutorado).

Abstract: *Although some studies on the relation between speech and writing argue that the written text is decontextualized, it is suggested that authors insert interactive markers in their texts on behalf of the readers they have in mind. Empirical evidence and arguments are offered to show that this happens even in the most prototypical written text: academic writing. It is demonstrated that these interactive markers are dependent on features associated with the interaction, such as the social relation between author and reader and the author's involvement with the topic.*

Keywords: *Interactive markers, text, discursive topic*

O TEXTO COMO INSTRUMENTO E A AULA DE LEITURA COMO EXERCÍCIO POLÍTICO

Ana Lygia Cunha*

Resumo: *Professores de Português Instrumental da UFPA costumam receber em suas salas de aula universitários imaturos enquanto leitores. São imaturos, entre outras coisas, por não serem capazes de ultrapassar o sentido literal do texto escrito, ou seja, por terem dificuldade em compreender o que o autor teve intenção de "fazer com seu texto". Uma proposta política do trabalho em sala de aula fica clara na maneira de explorar o texto como recurso didático. Parece ser de consenso que a velha fórmula (entrega do texto, leitura silenciosa, discussão acerca das dificuldades de vocabulário, questões de interpretação) está ultrapassada. Pode-se, na leitura, ir além do que foi dito no texto – aquilo que está expresso em sua superfície – e o papel do professor é basicamente facilitar este processo, dando ao aluno os instrumentos necessários sem esperar que ele os peça. Este trabalho quer, a partir da discussão a respeito do desenvolvimento do leitor, apontar para uma reflexão sobre a interação professor-aluno durante a aula de leitura.*

Palavras-chave: *Ensino, leitura, Linguística, Linguística Aplicada, metodologia*

Um dos preceitos da pedagogia moderna tem sido a busca do ensino que vá além da assimilação de conteúdo teórico e ouse visar à formação do cidadão cômico de sua função social – seus direitos e deveres – e capaz de perceber de forma crítica o universo em que está inserido.

Em todas as áreas do conhecimento procura-se chegar a este ideal, principalmente, por meio da formação de futuros professores, ou seja, dos alunos dos

* Universidade Federal do Pará.

curso de licenciatura. Isso porque, pelo menos historicamente, a universidade tem sido o berço de novas idéias e conseqüentes mudanças no sistema de ensino/aprendizagem de modo geral.

No caso do ensino de Língua Portuguesa, especificamente, costuma-se basear as críticas ao sistema vigente no fato de, tradicionalmente, oferecer-se aos alunos o estudo de nomenclatura gramatical em detrimento da prática do uso da língua materna (oral e escrita).

E é nos resultados do ensino oferecido que se tem encontrado as mais fortes razões para as críticas: nossos alunos terminam a fase escolar com enormes dificuldades para se expressar com clareza, principalmente em textos escritos.

Na Universidade Federal do Pará, o Português Instrumental é uma disciplina oferecida pelo Departamento de Línguas e Literaturas Vernáculas, do Centro de Letras e Artes, a todos os cursos de graduação colocados anualmente à disposição da sociedade.

O professor da disciplina em questão sabe que, enquanto produtor de textos escritos, o aluno que acaba de entrar na Universidade é, no mínimo, inseguro. O adjetivo parece resumir em si as conseqüências de um sistema de ensino/aprendizagem em crise.

Pois bem, é comum ouvir nossos alunos de Português Instrumental dizerem que lêem pouco, quando o fazem, por diferentes razões: falta de tempo para os que trabalham, por não gostarem etc. Mas a partir do momento em que são levados a pensar no papel da escola no processo de formação deste hábito, reclamam das chamadas “leituras obrigatórias”: para eles, aqueles livros, escolhidos pelos professores, não eram “estimulantes”; a “obrigatoriedade” da leitura, além disso, ajudou a levá-los à aversão, em muitos casos, a este hábito.

Quanto à produção de textos escritos, parece certo que, na maioria dos casos, a escola (ensino fundamental e médio) oferece poucas oportunidades de exercitar esta capacidade. Segundo alguns depoimentos, é comum pô-la em prática apenas por ocasião das avaliações bimestrais da disciplina Redação, ou seja, quatro vezes por ano.

Quando questionados a respeito de sua situação enquanto produtores de textos, não só admitem que ainda têm muita dificuldade para expressar suas idéias por escrito como também associam a dificuldade ao pouco exercício da leitura.

O professor de Português Instrumental, que já detém essas informações, tem que planejar um curso de carga horária reduzida para turmas que têm em média

40 alunos. O que se vê, já no resultado da primeira atividade, é a dificuldade em organizar as idéias no ato de produzir textos.

O trabalho em sala de aula nos ensinos fundamental e médio, via de regra, se esgota no aspecto formal, na superfície textual, quase sem levar em conta – ou fazendo isso de maneira insuficiente – fatores ligados ao conteúdo, muito importantes para a construção de uma unidade textual.

Um outro aspecto que se depreende na convivência com este aluno é a dificuldade, em muitos casos, em se distanciar do próprio texto para analisá-lo. Em outras palavras, o aluno foi habituado a escrever, quando o fazia, para um leitor especial, o professor, que domina a matéria e que, por isso mesmo, estava apto e tinha a incumbência de “corrigi-lo”, de chamar sua atenção para o que estava “errado” (os desvios às regras gramaticais).

Também por isso, o aluno de Português Instrumental comumente chega à Universidade sem ter jamais sido levado a considerar a linguagem, e conseqüentemente o texto enquanto fenômeno social, instrumento de interação e não apenas uma atividade solitária. Perde-se, com isso, boas oportunidades de transformar o momento da leitura em uma atividade agradável e se desperdiça também a oportunidade de fazer vir à tona o conhecimento da língua – que inclui uma competência de leitura de textos – além da criatividade etc.

Mas a convivência com este aluno leva o professor a depreender, com a experiência na disciplina, a possibilidade de se levar para ele uma concepção de texto diferente da que ele tem: uma concepção, pode-se dizer, “interativa”.

Desde o advento da Lingüística, a linguagem não é mais considerada unicamente como representação do pensamento e/ou como instrumento de comunicação, mas também “como atividade, como forma de ação, ação interindividual finalisticamente orientada; como lugar de interação que possibilita aos membros de uma sociedade a prática dos mais diversos tipos de atos, que vão exigir dos semelhantes reações e/ou comportamentos, levando ao estabelecimento de vínculos e compromissos anteriormente inexistentes” (Koch, 1992: 9-10).

A palavra texto designa, em sentido amplo, uma unidade lingüística concreta usada por falantes da língua que ocupam lugares diferentes (produtor e receptor) em uma situação de interação comunicativa reconhecível e reconhecida.

No texto escrito, especificamente, “alguém se fixa como locutor, fixando o(s) outro(s) como destinatário(s), não havendo a possibilidade de uma troca (pelo menos, imediata) de papéis entre ambos; predomina, nesse tipo de discurso, uma

organização interna, pelo fato de não haver possibilidade de reajustes de relação entre os interlocutores para cada evento particular de enunciação” (Koch, 1993: 23).

O professor de Português consciente deste aspecto do uso da língua materna pode propor, em sua sala de aula, um trabalho diferente do tradicionalmente feito. Em sua “Proposta política e ensino de leitura” (1996), a professora Ynah de Souza Nascimento tocou em um dos pontos mais importantes do uso do texto em sala de aula. Seu trabalho resultou de uma reflexão acerca do “papel facilitador” que o professor tem na atividade de leitura e compreensão de textos.

À questão “como explorar o texto?” a autora apresenta a seguinte resposta: se o objetivo do professor, ao usar um texto em sua aula de Português, for levar o aluno a entender o que lê (o sentido primeiro) e, mais do que isso, a ultrapassar o que foi dito no texto (aquilo que o leitor quis fazer ao escrevê-lo), o papel do professor é basicamente facilitar este processo, oferecendo os instrumentos necessários.

A proposta política do trabalho em sala de aula fica clara na maneira de explorar o texto como recurso didático. Parece ser de consenso que a velha fórmula (*entrega do texto, leitura silenciosa, discussão acerca das dificuldades de vocabulário, questões de interpretação*) está ultrapassada. Pode-se, na leitura, ir além do que foi dito no texto – aquilo que está expresso em sua superfície – e o papel do professor é como facilitador deste processo.

Para Maria Helena Martins, “se o conceito de leitura está geralmente restrito à decifração da escrita, sua aprendizagem, no entanto, liga-se por tradição ao processo de formação global do indivíduo, à sua capacitação para o convívio e atuações social, política, econômica e cultural” (1982: 22).

A autora baseia sua crítica no fato de muitos professores não terem conseguido abandonar a “prática formalista e mecânica” e fazerem permanecer a “pedagogia do sacrifício, do aprender por aprender, sem se colocar o *porquê, como e para quê*, impossibilitando compreender verdadeiramente a função da leitura, o seu papel na vida do indivíduo e da sociedade” (Idem: 23).

Na opinião de Ana Maria Yatsuda, “temos ‘produzido’ muitos alfabetizados nas letras e poucos que sabem efetivamente ler” (1991: 77). O resultado disso é o fato de a curiosidade pela leitura, característica do pré-alfabetizando, desaparecer no decorrer da vida escolar. Para a autora, “a já famosa crise da leitura (famosa não por ser motivo de reflexão, mas porque se tornou chavão dizer que o aluno não sabe, não gosta e tem preguiça de ler) estaria centrada na dificuldade, sobretudo do professor, de perceber-se enquanto leitor” (Idem).

Entre os trabalhos resultantes dessa reflexão a respeito do ensino de leitura figura uma interessante experiência feita por Maria José Coracini, que procedeu à análise do discurso da sala de aula de leitura. A autora partiu do princípio de que esse tipo de discurso “é argumentativo e, portanto, persuasivo, na medida em que procura se adequar ao conceito de cientificidade que perpassa tanto o discurso científico primário quanto o discurso de divulgação, com o qual o discurso da sala de aula mantém relações de semelhança. Convém ressaltar que o discurso didático se torna persuasivo sobretudo quando se choca com as crenças e imagens (representações) dos estudantes; é o caso da aula de leitura, quando o professor apresenta uma metodologia que não corresponde aos hábitos adquiridos pelos alunos durante a vida escolar” (1994: 66).

Segundo relata, na maior parte das aulas observadas o aluno assumiu uma postura passiva, um “comportamento de silêncio” perante o processo. Daí chegar-se à conclusão da existência do “caráter persuasivo e, portanto, argumentativo do discurso de sala de aula, em detrimento do caráter informativo que se costuma atribuir ao discurso didático de modo geral” (Idem: 78).

Todos esses depoimentos apontam para uma reflexão sobre a interação professor-aluno durante a aula de leitura. Como professora de Português Instrumental da UFPA, costumo receber em minha sala de aula universitários imaturos enquanto leitores, entre outras coisas, por não serem, na maioria das vezes, capazes de ultrapassar o sentido literal do texto escrito, ou seja, por apresentarem dificuldades em compreender o que o autor teve intenção de “fazer com seu texto”.

Os próprios livros didáticos auxiliam muito pouco nessa tarefa e a possibilidade de desenvolver esse tipo de abordagem textual acaba sendo responsabilidade do professor. Em outras palavras, fica a cargo da proposta política deste a abordagem que vá além da superfície do texto.

O próprio convívio com este aluno demonstra e cada vez mais me convence de que depende, muito da atitude do professor, diante do objeto de seu trabalho, o desenvolvimento, por parte do aluno, da capacidade de apreender a ideologia que existe por trás da unidade textual.

Bibliografia

CORACINI, Maria José Rodrigues Faria. (1994) “O caráter persuasivo da aula de leitura”. In: *Trabalhos em Linguística Aplicada*. Campinas (24), jul./dez.

FULGÊNCIO, Lúcia; LIBERATO, Yara Goulart. (1992) *Como facilitar a leitura*. São Paulo: Ática.

KOCH, Ingedore Vilaça Grunfeld. (1992) *A interação pela linguagem*. São Paulo: Contexto.

_____. (1993) *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez.

MARTINS, Maria Helena. (1982) *O que é leitura*. São Paulo: Brasiliense.

NASCIMENTO, Ynah de Souza. (1996) "Proposta política e ensino de leitura". In: *Linha d'Água*, n. 10, julho.

YATSUDA, Ana Maria Bonato Garcez. (1991) "A leitura na escola". In: MARTINS, Maria Helena (org.). *Questões de linguagem*. São Paulo: Contexto.

Abstract: *This paper discusses the teacher interaction with their students in the reading class. A political proposal of the work in the classroom depends on the way of exploring the text as a didactic resource. Reading can be apprehending more than what the writer said in his text, but apprehending what he wanted to do in it, and the teacher has a very important function in the process of development of the reader that can do it.*

Keywords: *Reading, Linguistics, applied linguistics*

MARCOS: REI DA MARGEM – NA CONTRAMÃO DOS MODISMOS, NO ALVO DOS EXCLUÍDOS E NO CORAÇÃO DO LEITOR

Jorge Miguel Marinho*

Resumo: *Ensaio biográfico e literário, identificando no conjunto das obras de Marcos Rey a sua singularidade à margem, tanto no que se refere à predominância de personagens situados na periferia da vida e tratados numa prosa de "suspense social", quanto no que toca ao "silêncio" da crítica especializada.*

Palavras-chave: *Marcos Rey, ensaio biográfico e literário*

Cenas de um escritor

SEQÜÊNCIA ÚNICA: INTERNA, PASSAGEM DO DIA PARA A NOITE, SOM COM A VOZ DE BILLIE HOLIDAY E O PIANO DE ART TATUN.

Mãos de um escritor projetadas sobre fundo azul e cinza. Fusão para uma janela que enquadra imagens de São Paulo.

ABERTURA – no dia 17 de fevereiro de 1925 nasce, em São Paulo, Marcos Rey, pseudônimo de Edmundo Donato.

PONTO DE VISTA – criança, ouve encantado as histórias das mil e uma noites, viaja no Atlas, lê a Bíblia e histórias em quadrinhos.

* Professor de literatura na FIEO, autor de *Mário, um homem desinfeliz* (Prêmio Jabuti), *Na curva das emoções* (Prêmio APCA) e *O cavaleiro da tristíssima figura* – Prêmio HQ-MIX.